

ARQUEOLOGIA & História



Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses | Volume nº55 | 2003

Neolitização em Portugal

O público e o privado na
arqueologia portuguesa

Salvaguarda e valorização
de sítios arqueológicos



Titulo
Arqueologia e História

Volume
55

Edição
Associação dos Arqueólogos Portugueses
Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa
Tel: 21 346 04 73 · Fax: 21 324 42 52
e-mail: associacao.arqueologos@clix.pt

Direcção
José Morais Arnaud

Coordenação
Paulo Almeida Fernandes

Projecto gráfico
oficina de design Nuno Vale Cardoso Et Nina Barreiros

Impressão
Publidisa

Tiragem
350 exemplares

© Associação dos Arqueólogos Portugueses
ISSN
972/9451-39-7

Solicita-se permuta
Exchange wanted

Ao artigos publicados nesta revista são da exclusiva
responsabilidade dos respectivos autores

Contingências históricas e processo global na emergência do Neolítico no território português

António Faustino Carvalho¹

Resumo

No seguimento de projectos de investigação realizados no Baixo Côa, no Maciço Calcário Estremenho e no Barlavento Algarvio, são apresentados de forma breve os principais resultados obtidos até ao momento no estudo do processo de neolitização dessas regiões. As suas diferentes condições ecológico-geográficas e, conseqüentemente, o seu diferente registo arqueológico, permitem levantar algumas questões teóricas. Entre estas, faz-se particular referência ao "Modelo da Disponibilidade", enquanto elaboração teórica para o entendimento do processo de neolitização, assim como à própria definição de "Neolítico". O objectivo principal deste trabalho é, num primeiro passo, o de salientar o particularismo das trajetórias regionais no contexto mais amplo de processos históricos de escala global, para deixar implícita a ideia de que o discurso arqueológico da neolitização não pode perder de vista as diversas escalas possíveis de observação do referido processo.

0. Nota prévia

Na mesa-redonda ocorrida a 10 de Janeiro de 2003 na Associação dos Arqueólogos Portugueses, subordinada ao tema "O Neolítico em Portugal: investigações recentes, problemas e perspectivas", a comunicação que apresentei teve um duplo objectivo: por um lado, sistematizar sumariamente os principais resultados por mim obtidos no estudo da neolitização de três regiões onde tenho tido a oportunidade de trabalhar (Baixo Côa, Maciço Calcário Estremenho e Barlavento Algarvio); por outro lado, dado o conhecimento directo que possuo destas regiões, tão distintas nas suas condições ecológico-geográficas como na sua arqueologia, procurar recorrer a essa experiência na apresentação de uma ou duas reflexões de índole mais teórica.

O título escolhido para a comunicação àquela mesa-redonda – e que repito no presente texto – reflecte, portanto, o cunho teórico que quis conferir à mesma. Por uma questão de esclarecimento, e talvez também de salvaguarda, devo sublinhar que aquelas reflexões são, antes de mais, um primeiro ensaio teórico, embora este conjunto de primícias tenha estado subjacente a toda a minha investigação anterior. A sua revisão e exploração terá lugar noutros trabalhos e noutros compromissos, que neste momento enceto.

Para a presente publicação, decidi manter o texto original, tal como lido na própria ocasião, salvo algumas modificações pontuais. O texto que se encontra nas páginas seguintes deve, portanto, ser entendido nas limitações e nos objectivos naturalmente subjacentes a uma apresentação oral de reflexões preliminares. Nesta opção de reproduzir o texto original, mantive também o discurso na primeira pessoa (algo que, aliás, excluindo um par de excepções, não é por norma opção minha) e, inevitavelmente, o tom coloquial que procurei introduzir no texto que li em voz alta. Revi as referências bibliográficas constantes daquela versão – em que na altura dei particular destaque a J. Thomas, autor que tem tido muita audiência entre nós, mas de uma forma talvez demasiado acritica – e adicionei outras, para fundamentação de algumas das ideias expressas e para indicar a origem das citações. Nestas, sempre que o original era

em língua estrangeira (invariavelmente inglesa), procedi à sua tradução para português.

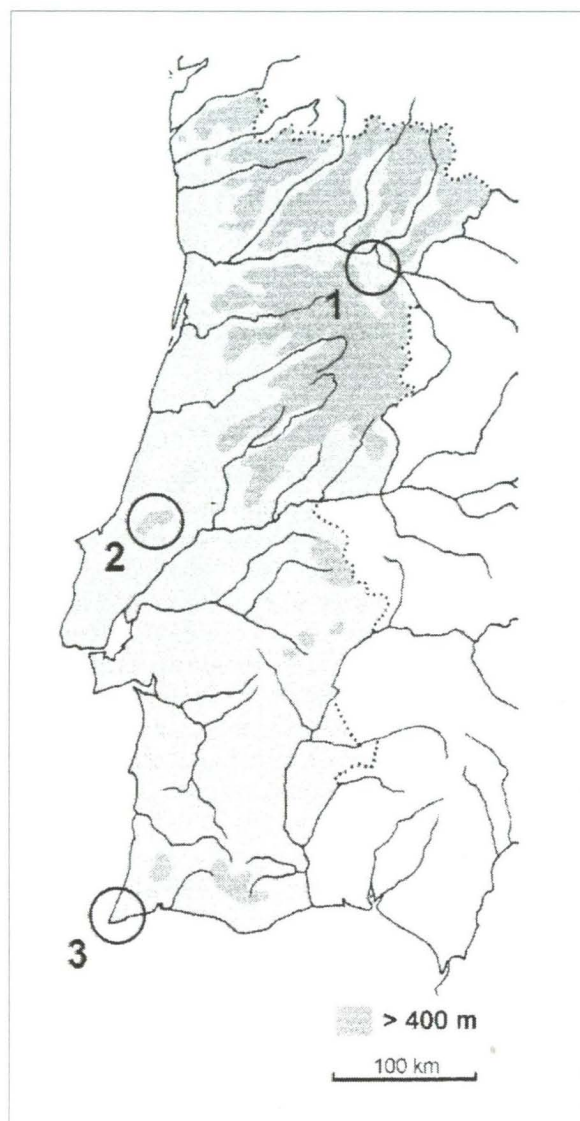
Relembro que a minha comunicação começou com a apresentação de imagens de alguns dos sítios arqueológicos mesolíticos e neolíticos antigos que escavei naquelas regiões. Assim, para o Vale do Côa, referi a Quinta da Torrinha², e o núcleo de gravuras de Vale de Cabrões, onde há arte rupestre possivelmente de tipo "levantino", correlacionável portanto com o processo de neolitização desta região³, a confirmar-se no futuro esta atribuição. Para ilustrar o registo arqueológico do Arrife da Serra d'Aire recorri à Gruta do Almonda, Laranjal de Cabeço das Pias, Forno do Terreirinho e, claro, ao Abrigo da Pena d'Água, sítios que foram entretanto objecto de publicação conjunta no contexto da análise do sistema de povoamento do Neolítico antigo regional⁴. Finalmente, o Barlavento Algarvio foi abordado sobretudo a partir dos dados da Costa Vicentina, designadamente do sítio de Vale Santo. Nesta última região, os dados tratados por mim multiplicaram-se bastante após aquela mesa-redonda, tendo sido feito um balanço da questão muito recentemente⁵.

S. Brás de Alportel, Novembro de 2003

1. A neolitização do Baixo Côa, Maciço Calcário Estremenho e Barlavento Algarvio: síntese

Após a apresentação destes três casos particulares de neolitização – o Baixo Côa, o Maciço Calcário Estremenho, o Barlavento Algarvio (Fig. 1) – surge naturalmente a pergunta: que há de comum entre eles? Aparentemente, nada!

No Baixo Côa, o Neolítico partilha uma série de atributos culturais que permitem enquadrá-lo no normalmente chamado "Neolítico Interior", o qual revelou na última década contextos arqueológicos com claras evidências de uma economia de produção⁶. Foi, aliás, partindo desta evidência que integrei culturalmente e caracterizei economicamente os restos líticos e cerâmicos dos sítios de Quebradas e Quinta da Torrinha. No entanto, um dos eventos mais significativos da inves-



1. Localização do Baixo Côa (n.º 1), do Maciço Calcário Estremenho (n.º 2) e da Costa Sudoeste do Algarve (n.º 3), no actual território português.

tigação recente do Baixo Côa é o estudo do sítio do Prazo⁷, trazido a esta Mesa-Redonda pelo S. Monteiro-Rodrigues, pois trata-se de um contexto que demonstra a existência nesta região de vestígios pré-neolíticos raros, mas importantes, pois testemunham uma ocupação ou, talvez melhor, uma frequentação do Alto Douro português em momentos que antecederam o surgimento das comunidades neolíticas.

Já o Maciço Calcário Estremenho parece totalmente desocupado por alturas do aparecimento dos mais antigos contextos neolíticos locais. Por razões tafonómi-

cas, ou porque de facto nunca existiu, a agricultura está ausente do registo arqueológico desta região. No entanto, há evidência para o pastoreio de ovinocaprinos, a par da caça de cervídeos. O mais intrigante, mas revelador, quanto a mim, é a ausência de interacção, visível arqueologicamente, entre estas comunidades e as suas contemporâneas mesolíticas de Muge, sediadas apenas algumas dezenas de quilómetros a Sudeste, na margem oposta do Tejo.

No extremo Sudoeste português, temos ainda uma outra situação: a perduração de práticas de marisqueio, sem aparente ruptura. O Neolítico antigo parece aqui representar mais uma adição do que a introdução de novas estratégias de exploração dos recursos. Relembre-se, a este título, o sítio de Vale Santo e a importância que os restos malacológicos detêm nesta ocupação neolítica, podendo identificar-se ainda a mesma situação noutros sítios da região, como no Castelejo⁸ ou na Rocha das Gaivotas⁹. Contudo, não se podem ignorar os achados de Padrão e da Cabranosa, onde não existem níveis conquíferos, mas parecem estar presentes recursos domésticos (bovinos e ovinocaprinos)¹⁰.

Como ficou patente no caso do Barlavento Algarvio, parece-me necessário que a análise da neolitização tenha de passar, não tão-somente na determinação da natureza doméstica ou selvagem dos recursos encontrados em sítios singulares, mas no entendimento de toda a estrutura e organização da ocupação do território. Isto é, não à escala do sítio arqueológico, mas à escala de uma unidade espacial mais ampla: a região.

2. Questões de teoria e metodologia

Em suma, estes três casos particulares de neolitização, situados em regiões distintas em termos ecológico-geográficos, proporcionam no seu conjunto, quanto mim, um bom exercício para a abordagem deste tema porque evocam várias questões teóricas e metodológicas.

Assim, do ponto de vista metodológico, creio que, para se entender o fenómeno da neolitização – e este é o posicionamento metodológico que tenho aplicado na minha própria investigação – é fundamental a leitura do registo arqueológico com duas perspectivas em

mente: (1) a crítica tafonómica desse mesmo registo, a qual equivale exactamente à “crítica das fontes” tal como a conhecemos na História, e (2) o entendimento das relações entre o Homem e o Meio e das transformações dessas relações no tempo.

O primeiro aspecto é óbvio e creio que está ou, pelo menos, deveria estar presente entre nós já há muito, não só nos trabalhos de campo, como também na análise subsequente dos contextos. Por esta razão não me alongarei neste aspecto, bastando referir, para ilustrar o que quero significar com isso, alguns casos de estudo publicados nos últimos anos¹¹ sobre, por exemplo:

- os procedimentos e cautelas a ter na datação desses contextos e o real significado das datas obtidas;
- a questão da maior “opacidade” arqueológica – recorrendo a uma expressão conhecida – dos restos vegetais e, designadamente, das limitações que esse facto acarreta para a identificação das práticas agrícolas primitivas; ou
- o estabelecimento de critérios arqueozoológicos sólidos para o reconhecimento de transformações nos modos de exploração dos recursos animais.

Já o significado que quero dar à segunda perspectiva, a das relações entre o Homem e o Meio, merece ser desenvolvido um pouco mais aprofundadamente.

Na última década, com efeito, a Ecologia, enquanto disciplina, descobriu que a relação entre os organismos vivos e entre estes e o meio físico não se deve conceber como simples relações lineares de fluxos de matéria e energia, mas antes que as configurações dos ecossistemas são dinâmicas, dependendo também do factor tempo. Mais – e este é o aspecto que mais nos importa – que os seres humanos têm sido membros activos e significativos nos ecossistemas terrestres desde há milénios. Este reconhecimento da dinâmica temporal e espacial na ecologia e o papel importante do Homem enquanto agente participativo nos ecossistemas tem recebido várias designações, dependendo da disciplina académica, tais como “Nova Ecologia”, “Ecologia Histórica”, “História Ambiental”, ou “Ecologia Política”. Ou seja, não se trata de entender as culturas humanas numa perspectiva estritamente determinista, como *adaptações*, para utilizar um conceito caro da arqueologia processual, mas como interactivas com o Meio.

Isto significará, na linha das reflexões de T. Ingold¹², que o objecto do nosso estudo deverão ser as "paisagens sócio-ecológicas" ou os "sócio-ecossistemas"¹³, designações utilizadas por vários autores numa tentativa de aglutinar sob o mesmo conceito, esbatendo as suas fronteiras, o natural e o cultural, assim como a interacção entretecida por ambos e as trajectórias históricas dessas entidades.

E, aqui, a arqueologia pré-histórica, com a sua focagem em fenómenos culturais de longa duração e na interacção Homem-Ambiente, é essencial para o conhecimento das dinâmicas temporais desses sócio-ecossistemas. Do mesmo modo que a organização social varia tanto no tempo como no espaço, assim variam também os modos através dos quais os seres humanos interagem com os aspectos não humanos do ambiente. Portanto, o estado de um dado sócio-ecossistema é, em simultâneo, o produto de factores dependentes do seu espaço e tempo próprios.

Assim, embora as sociedades humanas operem e transformem-se no quadro de processos evolutivos gerais, não podemos esperar que um sistema cultural particular siga uma trajectória de desenvolvimento linear. Pelo contrário, qualquer sistema cultural particular é o resultado de contingências da sua própria "história sócio-ecológica".

Assim sendo, julgo estar ainda correcto um balanço que escrevi há tempos sobre a neolitização do território português, em que concluía o seguinte: "as modalidades através das quais se operou a transição [do Mesolítico para o Neolítico] na fachada atlântica peninsular não foram uniformes e podem ser explicadas no quadro de um mosaico regional de situações únicas. Estas modalidades terão sido determinadas por quatro factores principais: (1) o papel do substracto populacional mesolítico; (2) o modo de emergência e filiação cultural do Neolítico; (3) o estabelecimento de interacções entre diferentes "neolíticos"; e (4) as potencialidades ambientais das diversas regiões"¹⁴.

Daqui ressaltam, então, três conclusões: uma teórica e duas metodológicas:

1. em primeiro lugar, que os sítios arqueológicos, tomados isoladamente, providenciam dados crono-

estratigráficos importantes para leituras diacrónicas, mas representam apenas uma pequeníssima porção das estratégias de exploração do território;

2. em segundo lugar, que a escala de abordagem mais adequada a estes fenómenos é, portanto, a região, pois esta oferece uma perspectiva alargada a partir da qual se pode investigar a dinâmica dos sócio-ecossistemas na sua expressão espacial;

3. finalmente, a conclusão teórica: a verificação da *não linearidade do processo de neolitização*, podendo antes falar-se em "processos de neolitização", cada qual revestindo-se de contornos próprios e irrepetíveis na sua especificidade; em suma, com as suas próprias contingências e particularismos históricos.

3. Particularismo histórico versus processo global

Chegado a este ponto, creio parecer evidente que partilho das reflexões, entre outros, de J. Thomas sobre a neolitização da Europa... Mas não!... É verdade que partilho da maior parte das suas observações¹⁵:

· que "a introdução de plantas e mamíferos domésticos, o uso de cerâmica e pedra polida, a emergência de aldeias sedentárias, a primeira construção de monumentos em terra e pedra e o desenvolvimento de novas práticas funerárias, podem ter tido uma temporalidade separada";

· que "a Europa mesolítica e neolítica é, consequentemente, melhor entendida como um complexo mosaico de condições ecológicas, sociais e culturais, dando azo a uma série de contextos radicalmente diferentes nos quais as domesticações puderam ser introduzidas de modos muito diferentes";

· que "as comunidades mesolíticas da Europa já eram sociedades dinâmicas e em transformação, com um leque de diferentes conjuntos de relações sociais e práticas económicas, quando pela primeira vez se depararam com agricultores";

· que "(...) a variação na adopção das domesticações e outros elementos culturais por grupos mesolíticos (...) estava pré-condicionada pelas variações nas relações sociais e trajectórias históricas já existentes".

Até aqui, tudo bem. Porém, quando o autor pulveriza o conceito de Neolítico, afirmando que "o que emergiu (...) foi uma série de formas sociais e económicas que não podem ser classificadas como "caçadoras-recolectoras" ou "agrícolas" (...)""¹⁶, encontro objecções de fundo!

Principalmente, porque julgo haver impedimentos lógicos e empíricos na abolição da diferenciação entre sociedades de caçadores-recolectores e sociedades produtoras. O meu argumento nesse sentido é que esses dois tipos de sociedade têm, inerentemente, modos de vida incompatíveis em vários domínios, como sejam: na calendarização e organização das actividades de subsistência; nos modos de exploração dos recursos; e na utilização da paisagem – e digo "utilização" no mais amplo sentido, ou seja, não restrito ao domínio do económico.

Esta incompatibilização está plenamente demonstrada por toda a evidência etnográfica de sociedades não ocidentais que encontramos plasmada na moderna teoria antropológica geral¹⁷, facto que o próprio J. Thomas reconhece, ainda que não o aceite, preferindo optar por considerar que terão existido no passado sociedades histórica e culturalmente únicas às quais não se poderão aplicar aquelas designações¹⁸. No entanto, quanto a mim, o autor não consegue fazer prova desta afirmação porque se trata de uma afirmação de princípio e não de uma afirmação efectivamente demonstrável.

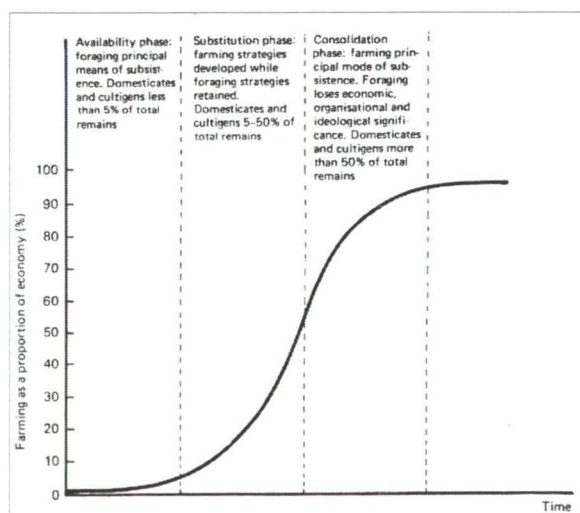
4. Que é o "Neolítico"?

Assim sendo, afinal o que é o "Neolítico"? Há talvez diversas definições de "Neolítico". Eu entendo "Neolítico" como o estabelecimento, no decurso do processo evolutivo geral das sociedades humanas, das primeiras modalidades de interacção entre o Homem e o Meio que incluem, por parte do primeiro, a manipulação de espécies vegetais e animais; manipulação que se concretiza através do controle da reprodução e comportamento ou desenvolvimento daquelas espécies.

Esta afirmação pode parecer consensual ou até óbvia. Vários autores, no entanto, defendem que, se a evidência arqueológica de uma economia de produção é

escassa ou ocasional, tratam-se nesses casos, em essência, de sociedades caçadoras-recolectoras que incorporaram, por vezes selectivamente, alguma agricultura e pastorícia. Ou seja, numa perspectiva estritamente económica, vai-se sublinhar o carácter pontual e reduzido dos restos de espécies domésticas. Um bom exemplo desta forma de interpretar o registo arqueológico da neolitização é a definição de "proto-produtores", empregue por S. O. Jorge para se referir às comunidades do Neolítico antigo do território português¹⁹.

Esta interpretação tem implícito o "Availability Model" criado há 15 anos e subsequentemente "refinado" por M. Zvelebil e P. Rowley-Conwy²⁰, e que se pode resumir ao essencial neste conhecido gráfico (Fig. 2). De acordo com este modelo, o processo de neolitização estrutura-se em três fases sucessivas (disponibilidade, substituição e consolidação), sendo que só no segundo momento estaremos perante sociedades verdadeiramente produtoras, ou neolíticas. Assim, aquela designação de "proto-produtores" equivale ao momento definido na "fase de substituição". Portanto, e em rigor, só poderemos dizer que estamos perante sociedades neolíticas quando os seus recursos domésticos perfizerem 5 a 50% do total dos restos das actividades de subsistência. Ou, empregando outros termos, uma comunidade só poderá "aderir" ao Neolítico quando cumprir determinados "critérios de convergência"...



2. O processo de emergência do Neolítico, segundo o «Availability Model» (segundo Zvelebil, 1986, Fig. 3).

Sem trocadilhos, acho no entanto que o "Availability Model" é um instrumento analítico fundamental para tornar inteligível o processo de neolitização. Porém, é um modelo *descritivo*, que assenta exclusivamente numa caracterização quantificada das práticas económicas das comunidades pré-históricas. Ou seja, não visa explicar o processo de neolitização nem caracterizar qualitativamente – leia-se, *antropologicamente* – as sociedades envolvidas ou o próprio processo.

E, aqui, posso citar novamente J. Thomas, quando afirma que "nós nunca entenderemos o significado da aquisição de alimentos na Pré-História se as nossas considerações começam e terminam na determinação de quantos bovinos se possuíam, ou quantas toneladas de cereais eram produzidas por hectare. O aprovisionamento de alimentos – acrescenta o autor – (...) é sempre um processo que tem lugar no contexto de um conjunto de relações sociais"²¹.

Quanto a mim, com efeito, devemos pôr a tónica na transformação social que a "simples" presença de espécies domésticas introduz num modo de vida caçador-recolector. Isto é, mesmo que esses elementos sejam quantitativamente reduzidos, a sua existência é necessariamente um factor de profundas mudanças a diversos níveis do todo social:

- ao nível do comportamento económico, pois tem de haver uma conciliação com as exigências inerentes à utilização de espécies animais e/ou vegetais domésticas, como sejam: os ciclos agrícolas; a manutenção regular das parcelas agricultadas, por pequenas que sejam; o pastoreio dos animais, por poucos que sejam; etc.

- ao nível da estruturação e funcionamento da sociedade, designadamente com a introdução de novos critérios de divisão do trabalho e a reformulação das formas de hierarquização interna...

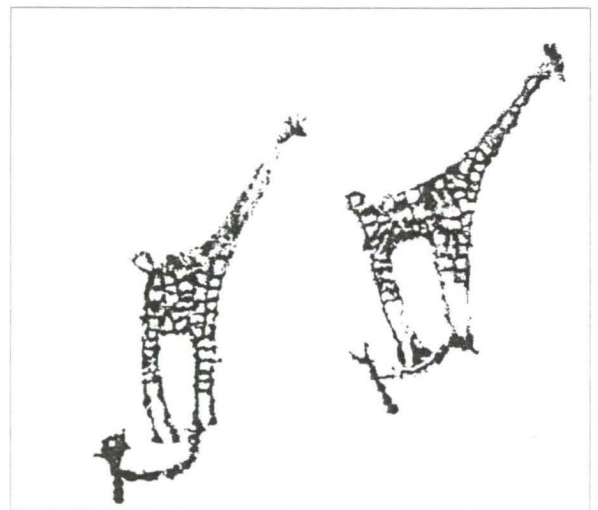
- ou ainda, em última instância, ao nível da ideologia e do domínio do simbólico, com a incorporação de diferentes mitos e diferentes visões da natureza.

Estas transformações não são impeditivas, de modo algum, da perduração, e até do maior pendor em termos quantitativos, das práticas de caça e recolecção. Mas marcam necessariamente uma maior complexidade social ou, pelo menos, a reformulação das formações

sociais que até então detinham uma economia exclusivamente caçadora e recolectora.

Estas transformações não impedem também, como propõe o próprio J. Thomas, que essa incorporação de espécies domésticas se faça apenas no contexto de práticas rituais ou como elementos de prestígio²², sem consequências imediatas no domínio da subsistência (como poderá ser, aliás, o caso da incorporação de artefactos ditos "neolíticos" em meio mesolítico). Mas esta eventualidade só é válida, na minha opinião, desde que sejam estas mesmas sociedades a assegurar no seu seio a produção desses bens domésticos, e não a importá-los de comunidades neolíticas vizinhas. Neste caso, tratar-se-iam de "sociedades complexas de caçadores-recolectores", e não propriamente de sociedades neolíticas.

Mais uma vez inspirado nas reflexões de T. Ingold²³, considero que o oposto também é verdadeiro. Ou seja, que deve ser considerada neolítica qualquer sociedade que manipule de forma sistemática seres vivos descontextualizados do seu ambiente natural, mesmo que esses não sejam diferentes morfológicamente dos seus congêneres não manipulados. Ou ainda cuja tentativa de domesticação não tenha obtido sucesso subsequente, como, por exemplo, magnificamente ilustrado pelas gravuras rupestres de girafas em cativeiro do sítio de Jebel Uweinat, no Sahara líbio (Fig. 3).



3. Representações de girafas em cativeiro, no sítio de arte rupestre de Jebel Uweinat (Libia) (segundo Phillipson, 1993, Fig. 6.3).

Quero com isto dizer que não julgo necessário haver distinção ao nível taxonómico entre "selvagem" e "doméstico", desde que se demonstre que estamos perante animais ou vegetais em condição de pré-domesticação. Os exemplos mais conhecidos de situações deste tipo, e com implicações para o caso europeu, não são obviamente aquelas gravuras, mas sim os contextos natufenses²⁴ e neolíticos antigos do Levante e as questões relacionadas com a determinação do estatuto específico dos géneros animais e vegetais encontrados nesses sítios.

Assim, para terminar, regresso à minha questão inicial, que era: "o que há de comum entre as três regiões apresentadas?", a que respondi logo no momento: "aparentemente, nada!". De facto, as suas contingências históricas e o particularismo dos respectivos sócio-ecosistemas não permitem, numa primeira análise, encontrar importantes elementos comuns. Porém, as três regiões partilham o mesmo processo global, à escala continental e afectando o todo social, que é o da emergência de modos de vida plenamente neolíticos – no sentido que atribuí ao termo – e não o mero aparecimento de formações sociais híbridas ou cuja interpretação seja o fruto de um qualquer paradigma teórico da moda.

Notas

¹ Universidade do Algarve, F.C.H.S., Campus de Gambelas, 8000-117 Faro. E-mail: afcarva@ualg.pt

² Carvalho (1999).

³ Carvalho e Baptista (2002).

⁴ Carvalho (2003).

⁵ Carvalho et al. (s.d.).

⁶ De que é exemplo, no caso português, o importante Abrigo do Buraco da Pala, em Mirandela (Sanches, 1997).

⁷ Monteiro-Rodrigues (2000, 2002).

⁸ Silva (1990).

⁹ Stiner et al. (2003).

¹⁰ Gomes (1997); Cardoso et al. (2001[1998]).

¹¹ Ver, por exemplo, Zilhão (1993, 2001) e Bernabeu et al. (1999, 2001).

¹² Ingold (1996).

¹³ *Sensu* Barton et al. (2001).

¹⁴ Carvalho (2002, p. 245).

¹⁵ Thomas (1996, p. 311-313).

¹⁶ Thomas (1996, p. 313).

¹⁷ Johnson e Earle (2000), por exemplo, enquadrados teoricamente pelo neo-evolucionismo norte-americano, procuram salientar os traços comuns entre o que designam por "family-level foragers" e "families with domestication"; sintomaticamente, porém, estes autores tratam estas tipologias sociais do seu "Family-Level Group" em capítulos distintos, denunciando com isto as diferenças que obviamente existem entre uma e outra.

¹⁸ Thomas (1996, p. 312).

¹⁹ Jorge (1999).

²⁰ Zvelebil (1986); Zvelebil e Rowley-Cowny (1986).

²¹ Thomas (1999, p. 11).

²² No seguimento, aliás, das propostas inicialmente elaboradas por Bender (1978) e Hayden (1990).

²³ Ingold (1996).

²⁴ Ver, a propósito da "questão natufense", o recente balanço de Bar-Yosef (1998).

Referências Bibliográficas

- BARTON, C.M.; BERNABEU, J.; AURA, J.E.; MOLINA, L.; SCHMICH, S. (2001) – Historical contingency, nonlinearity, and the neolithization of the Western Mediterranean. *66th Annual Meeting of the Society for American Archaeology, New Orleans* (policopiado).
- BAR-YOSEF, O. (1998) – The Natufian Culture in the Levant, threshold to the origins of agriculture. *Evolutionary Anthropology*. 6:5, p. 159-177.
- BENDER, B. (1978) – Gatherer-hunter to farmer: a social perspective. *World Archaeology*. 10:2, p. 204-222.
- BERNABEU, J.; PÉREZ RIPOLL, M.; MARTÍNEZ, R. (1999) – Huesos, neolitización y contextos arqueológicos aparentes. *II Congrès del Neolític a la Península Ibérica*. València: Universitat de València (Saguntum Extra; 2), p. 589-596.
- BERNABEU, J.; BARTON, C.M.; PEREZ RIPOLL, M. (2001) – A taphonomic perspective on Neolithic beginnings: theory, interpretation, and empirical data in the Western Mediterranean. *Journal of Archaeological Science*. 28, p. 597-612.
- CARDOSO, J.L.; CARVALHO, A.F.; NORTON, J. (2001[1998]) – A estação do Neolítico antigo de Cabranosa (Sagres, Vila do Bispo): estudo dos materiais e integração cronológico-cultural. *O Arqueólogo Português*. Série IV, 16, p. 55-96.
- CARVALHO, A.F. (1999) – Os sítios de Quebradas e de Quinta da Torrinha (Vila Nova de Foz Côa) e o Neolítico antigo do Baixo Côa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 2:1, p. 39-70.
- CARVALHO, A.F. (2002) – Current perspectives on the transition from the Mesolithic to the Neolithic in Portugal. In BADAL, E.; BERNABEU, J.; MARTÍ, B., eds. – *El paisaje en el Neolítico mediterráneo*. València: Universitat de València (Saguntum Extra; 5), p. 135-250.
- CARVALHO, A.F.; BAPTISTA, A.M. (2002) – Late Prehistory and rock-art in the Côa valley (Northeast Portugal). *67th Annual Meeting of the Society for American Archaeology*. Denver.
- CARVALHO, A.F.; BICHO, N.F.; STINER, M.C.; GIBAJA, J.F.; VALENTE, M.J.; MASUCCI, M.A. (s.d.) – O projecto "o processo de neolitização no Algarve" (Portugal): âmbito e primeiros resultados. *III Congreso del Neolítico a la Península Ibérica*. Santander: Universidad de Cantabria; no prelo.
- GOMES, M.V. (1997) – Megalitismo do Barlavento Algarvio. Breve síntese. *Setúbal Arqueológica*. 11-12. p. 147-190.
- HAYDEN, B. (1990) – Nimrods, piscators, pluckers, and planters: the emergence of food production. *Journal of Anthropological Archaeology*. 9, p. 31-69.

- INGOLD, T. (1996) – Growing plants and raising animals: an anthropological perspective on domestication. In HARRIS, D.R., ed. – *The origins and spread of agriculture and pastoralism in Eurasia*. London: University College of London Press, p. 12-24.
- JOHNSON, A.W.; EARLE, T. (2000) – *The evolution of human societies. From foraging group to agrarian state*. 2nd edition. Stanford: Stanford University Press.
- JORGE, S.O. (1999) – *Domesticar a terra. As primeiras comunidades agrárias em território português*. Lisboa: Gradiva (Trajectos Portugueses; 45).
- MONTEIRO-RODRIGUES, S. (2000) – A estação neolítica do Prazo (Freixo de Numão, Norte de Portugal) no contexto do Neolítico antigo do Noroeste peninsular. Algumas considerações preliminares. 3º Congresso de Arqueologia Peninsular. *Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica*, III. Porto: ADECAP, p. 149-168.
- MONTEIRO-RODRIGUES, S. (2002) – Estação pré-histórica do Prazo, Freixo de Numão. Estado actual dos conhecimentos. *Côaviso*. 4, p. 113-126.
- PHILLIPSON, D.W. (1993) – *African Archaeology*. 2nd edition. Cambridge, Cambridge University Press.
- SANCHES, M.J. (1997) – *O Abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) no contexto da Pré-História recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Porto: SPAE (Textos; 1).
- SILVA, C.T. (1990) – Do Mesolítico ao Neolítico antigo do Sul de Portugal: para o estudo das estratégias de subsistência. *Homenagem a J.R. dos Santos Júnior*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, p. 215-217.
- STINER, M.C.; BICHO, N.F.; LINDLY, J.; FERRING, R. (2003) – Mesolithic to Neolithic transitions: new results from shell-middens in the western Algarve, Portugal. *Antiquity*. 77:295, p. 75-86.
- THOMAS, J. (1996) – The cultural context of the first use of domesticates in continental Central and Northwest Europe. In HARRIS, D.R., ed. – *The origins and spread of agriculture and pastoralism in Eurasia*. London: University College of London Press, p. 310-322.
- THOMAS, J. (1999) – *Understanding the Neolithic*. London and New York: Routledge.
- ZILHÃO, J. (1993) – The spread of agro-pastoral economies across mediterranean Europe: a view from the Far West. *Journal of Mediterranean Archaeology*. 6:1, p. 5-63.
- ZILHÃO, J. (2001) – Radiocarbon evidence for maritime pioneer colonization at the origins of farming in west Mediterranean Europe. *Proceedings of the National Academy of Sciences*. 98, p. 14180-14185.
- ZVELEBIL, M. (1986) – Mesolithic prelude and Neolithic Revolution. In ZVELEBIL, M., ed. – *Hunters in transition. Mesolithic societies of temperate Europe and their transition to farming*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 5-16.
- ZVELEBIL, M.; ROWLEY-CONWY, P. (1986) – Foragers and farmers in Atlantic Europe. In ZVELEBIL, M., ed. – *Hunters in transition. Mesolithic societies of temperate Europe and their transition to farming*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 67-94.



Associação
dos Arqueólogos
Portugueses